



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

EDITAL

LICITAÇÃO Nº. 003/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Câmara Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Resolução nº. 171 de 14 de janeiro de 2022 e Lei Municipal nº 5.348 de 14 de março de 2022, nesse ato representada pelo seu Presidente, **Ver. Giovani de Ávila Martim** torna público para o conhecimento dos interessados, que às **10h do dia 30 de setembro de 2022**, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores, localizada na Av. Emancipação, 480, se reunirá a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº.1298/2022, com a finalidade de receber propostas referentes a esta Tomada de Preços.

Poderão participar da presente licitação todas as empresas interessadas, juridicamente qualificadas, cadastradas neste Município ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data de abertura do presente certame** e recebimento dos respectivos envelopes, cumprindo todas as formalidades e exigências do presente Edital.

1. DO OBJETO: contratação de empresa especializada para administração, gerenciamento e fornecimento de vale alimentação por meio de cartões eletrônicos com chip e senha individualizada aos servidores públicos efetivos e comissionados e estagiários da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do termo de referência e demais anexos do presente edital.

2. DO ENVELOPE DA HABILITAÇÃO:

2.1 NA PARTE EXTERNA DO ENVELOPE DEVERÁ CONTER:

À CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º

ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO

2.2 NA PARTE INTERNA DO ENVELOPE DEVERÁ CONTER:

2.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I. Cédula de identidade;

II. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) emitida via internet, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta dias);

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2.2. REGULARIDADE FISCAL:

I. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

II. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

III. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

IV. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.2.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

I. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I. Atestado (s) da capacidade técnica, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a quem efetivamente a empresa tenha prestado o serviço, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverão ser apresentados pelo nº do CNPJ da licitante. Se o licitante for a matriz da empresa, deve estar em nome da matriz, se filial, deve estar em nome da filial. O mesmo deverá ter firma reconhecida do responsável pelo Atestado.

2.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

2.2.6. OUTROS DOCUMENTOS:

I. CRC - Certificado de Registro Cadastral emitido por esta Câmara até o terceiro dia anterior à data de abertura deste certame (vide anexo VII);

II. Declaração de fato impeditivo (Anexo IV);

III. Em sendo ME, EPP, MEI e Cooperativa que se enquadre na receita de ME ou EPP, declaração firmada pelo CONTADOR da empresa, de que se enquadra como microempresa, ou empresa de pequeno porte, com data de expedição de até 6 (seis) meses anteriores à data da licitação, sob pena de ser desconsiderada tal condição (Anexo IX), ou através de outros documentos acessíveis e públicos.

IV. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo V)

2.3. Caso a empresa proponente estiver sendo representada por procurador, deverá apresentar, na abertura do certame, a cópia autenticada ou original da procuração concedendo amplos poderes ao mesmo para decidir sobre todos os atos da presente licitação.

2.4. Todos os documentos necessários relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

da administração, ou ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial, salvo aqueles emitidos via internet.

3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

3.1 Além de todos os documentos previstos neste Edital, a empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. nº 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, deverá apresentar, DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, declaração firmada pelo CONTADOR da empresa, de que se enquadra como microempresa, ou empresa de pequeno porte, com data de expedição de até 6 (seis) meses anteriores à data da licitação, sob pena de ser desconsiderada tal condição (Anexo VII), ou através de outros documentos acessíveis e públicos.

3.2 Igualmente, As cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite estabelecido pela legislação em vigor, gozarão dos benefícios previstos nos art. nº 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no art. nº 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, declaração firmada pelo representante legal de que se enquadram no limite de receita referido acima, e todos os documentos previstos neste Edital.

3.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.1 e 3.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.4 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.5 O prazo de que trata o item 3.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.6 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3 ou nas condições previstas no item 3.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato Administrativo, ou revogar a licitação.

4 - DO ENVELOPE DA PROPOSTA FINANCEIRA:

4.1. NA PARTE EXTERNA DO ENVELOPE DEVERÁ CONTER:

À CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º

ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA

PROPONENTE:

4.2. NA PARTE INTERNA DO ENVELOPE DEVERÁ CONTER:

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

4.2.1. A proposta da licitante deverá ser feita em papel timbrado da empresa, em uma única via datilografada/digitada, sem rasuras, na qual deverá constar as seguintes especificações:

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
 - b) Número do processo licitatório;
 - c) Descrição do objeto da presente licitação, com a descrição dos serviços, em conformidade com as especificações constantes deste edital;
 - d) Ser apresentada contendo as informações exigidas, redigida em linguagem clara, assinada por representante legal, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, devendo todas as folhas ser rubricadas, obedecendo ao termo de referência e planilha de formação de preços (modelo da proposta) anexos I e II deste edital;
 - e) índice percentual da taxa de administração cobrada sobre cada unidade de cartão vale alimentação, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais. É admitida taxa negativa. A taxa máxima aceitável pela Câmara Municipal é de 0% (zero por cento). Na proposta o proponente já deverá ter previsto a cobertura de todas as despesas que incidem ou que porventura venham a incidir sobre o objeto da licitação, inclusive tributos e seus diferenciais, despesas com transporte e postais, seguros, taxas, entre outras. Não poderá haver cobrança para emissão da primeira via dos cartões, nem para a emissão de segunda via, se necessário, em função de extravio, perda, furto, quebra, etc. Caso a taxa seja negativa, o valor relativo a ela será descontando do reembolso que a Câmara Municipal fará à empresa licitante, devendo a empresa promover o crédito integral do benefício a cada servidor.**
 - f) apresentar, preferencialmente por meio magnético (pen drive ou CD), a relação completa dos estabelecimentos comerciais credenciados para aceite dos respectivos cartões, sendo que, entre os credenciados, deverão obrigatoriamente constar as maiores redes de supermercados de Porto Alegre e sua Região Metropolitana.
 - g) relação impressa completa dos estabelecimentos comerciais credenciados para aceite dos respectivos cartões referentes ao município de Eldorado do Sul/RS
 - h) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias.
- 4.2.2. Os preços cotados serão fixos e irrevogáveis e deverão estar incluídos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e fornecimento de acessos, inclusive o frete, carga e descarga no local que a Câmara designar e outros;
- 4.2.3. Os preços deverão ser cotados com os impostos INCLUSOS, devidamente identificados (ICMS, IPI, ISS, etc).
- 4.2.4. Quando o proponente informar isenção de imposto, obrigatoriamente, deverá comprovar o benefício, sob pena de suportar eventual prejuízo decorrente.
- 4.2.5. A Proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como alterar a especificação da proposta, ou que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexecutável, ou aquelas que ofertarem alternativas serão desclassificadas.
- 4.2.6. Na divergência entre o preço total e unitário, prevalecerá o unitário.
- 4.2.7. Não será permitido cotação inferior à quantidades previstas no Edital.
- 4.2.8. A licitante deverá formular a proposta e apresentar cotação usando o modelo de Planilha de Formação de Preços do Anexo II.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

4.2.9. No preço proposto deverão constar todas as despesas com equipamentos, mão de obra, leis sociais, impostos e taxas, materiais e tudo mais necessário para a prestação dos serviços objeto da presente Tomada de Preços, inclusive uso em regime de comodato de equipamento, se necessário.

4.2.10. O percentual de desconto proposto, levado em consideração para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade da Licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de, durante o julgamento das propostas, pleitearem qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

4.2.11. Proposta financeira, em moeda corrente nacional, que contemple todas as etapas deste edital;

4.2.12. Inserções na proposta que tenham por objetivo modificar, extinguir ou criar direitos da licitante ou do órgão licitador serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que for compatível com o instrumento convocatório.

5 - DO RECEBIMENTO DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA:

5.1. Os dois envelopes – da habilitação e da proposta - serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação, até o dia, hora e local mencionados no preâmbulo desta Tomada de Preços, identificados conforme itens 2.1 e 4.1 acima, devidamente fechados e lacrados.

6 - DO JULGAMENTO:

6.1. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 da Lei 8.666/93 e art. 42 da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações posteriores;

6.2. O julgamento do presente processo licitatório terá como critério de escolha a **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** da proposta;

6.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências desta Tomada de Preços ou com apresentação de preços excessivos ou manifestamente inexequíveis conforme art 48, inc. II da lei 8666/93;

6.4. No caso de desclassificação de todas as propostas, serão convocados todos os participantes para, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem novas ofertas, respeitando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da lei 8666/93;

6.5. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais propostas e preços, depois de obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei nº8.666/93, a decisão será por sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes interessados, obedecido o inc. IIº do art. 3º e inc. IIº do art. 45, ambos da lei 8.666/93;

6.6. Ocorrendo empate ficto previsto no §2º, do art. 44 da Lei Complementar nº123/06, será assegurada a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte;

6.7. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10%(dez por cento) à proposta de menor valor.

6.8. Ocorrendo empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

6.8.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 02 (dois dias) dias úteis nova proposta inferior àquela considerada até então de menor preço, situação que será declarada vencedora do certame;



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

6.8.2. Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, será facultada pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do **item 6.6**, deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.9. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do **item 6.6**, deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de mesmo valor.

6.10. O disposto no **item 6.6**, deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.11. Caberá à Comissão Permanente de Licitação proceder o julgamento da presente licitação submetendo o seu resultado à consideração do Presidente da Câmara Municipal, com vista a homologação e adjudicação.

6.12. A decisão da Comissão Permanente de Licitação somente será considerada definitiva, após a homologação realizada pelo Presidente da Câmara Municipal.

6.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem, não prevista nesta Tomada de Preços, baseada nas ofertas dos demais licitantes.

7. DOS RECURSOS:

7.1. Em todas as fases da presente Licitação serão observadas as normas previstas no artigo 109 da Lei 8.666/93;

8. DA EXECUÇÃO:

8.1. A entrega dos cartões em conformidade com o objeto descrito no edital e demais disposições constantes no Anexo I – Termo de Referência, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, contados da solicitação da contratante, no horário de expediente da Câmara Municipal (8h às 14h);

8.2. Durante a execução do Contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, ou seja, manter todas suas certidões atualizadas e prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

8.3. No caso de pedido de 2ª via, ou constatado defeito do cartão, a contratada deverá providenciar a troca no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de ser aplicada as sanções estabelecidas no item 11 do presente edital, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

8.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, correndo a cargo da Câmara unicamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento, creditado em conta corrente da empresa vencedora ou boleto, será efetuado mensalmente em até 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente à realização dos serviços, a contar da entrega do documento fiscal à Câmara de Vereadores e regular liquidação pelo setor competente;

9.2. Não será concedida a antecipação do pagamento;

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

9.3. Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara Municipal de Eldorado do Sul, em favor da empresa vencedora. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente a diferença será cobrada judicialmente, se necessário;

9.4. Com base no artigo 65, parágrafo 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, a Câmara Municipal de Eldorado do Sul poderá fazer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) no valor da contratação.

10. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

10.1. Ocorrendo as hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente justificado, para tanto será firmado termo aditivo.

11. DAS PENALIDADES:

11.1. O não cumprimento das obrigações previstas nesta licitação pelo proponente vencedor, sujeitará o mesmo às seguintes sanções administrativas e penalidades legais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93:

11.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, cumulativamente, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, após o qual será considerada inexecução total do contrato;

11.3. Multa de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

11.4. Impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, conforme Lei 8.666/93;

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, conforme Lei 8.666/93;

11.6. Na aplicação das penalidades serão admitidas a ampla defesa e o contraditório;

11.7. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal 8.666 de 21 e junho de 1993, para o licitante adjudicado que descumprir as condições da Tomada de Preços, poderá a Administração da Câmara, garantida a prévia defesa, aplicar as penalidades cabíveis da lei;

11.8. As penalidades acima referidas poderão ser aplicadas cumulativamente.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas para a execução do Objeto da presente Tomada de Preços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3339046010000 – Indenização Auxílio Alimentação

13. VALIDADE DA PROPOSTA:

13.1. A proposta será válida pelo período de 60 (sessenta) dias, período no qual a licitante fica obrigada a obedecer e submeter-se aos termos do edital.

14. DO CONTRATO:

14.1. Será firmado contrato de prestação de serviço com a licitante vencedora do certame no prazo máximo de 5 dias a contar da homologação da licitação, conforme os termos deste edital e na forma da minuta que segue anexada ao mesmo.

14.2. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, além do edital e seus anexos.

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

14.3. A licitante vencedora do certame fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) ou supressão total ou parcial por acordo entre as partes, nos termos do artigo 65 §1º da Lei Federal nº. 8.666/93.

14.4. O contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por até 60 (sessenta) meses (cinco) anos, conforme a necessidade e orientação Câmara Municipal de Eldorado do Sul.

14.5. O prazo acima referido poderá ser prorrogado, na forma da Lei 8.666/93, caso haja necessidade do mesmo, anuência entre as partes e previsibilidade orçamentária.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. Cumprir todas as normas e condições do presente edital;

15.2. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;

15.3. Fornecer a listagem dos beneficiários com prazo pré-estabelecido entre as partes;

15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;

15.5. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;

15.6. Informar a contratada de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;

15.7. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços pela Contratada;

15.8. Avaliar todos os serviços prestados pela Contratada;

15.9. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços prestados pela Contratada mediante a apresentação de Nota Fiscal.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. Fornecer os serviços conforme especificações deste edital e sua proposta comercial;

16.2. Fornecer os cartões – alimentação em conformidade com o descrito no edital;

16.3. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento do contratante.

16.4. Manter, durante toda a vigência do Contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção dos serviços.

16.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução deste contrato, sem prévia e expressa anuência da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, sendo que a responsabilidade técnica caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, e não será transferida, sob nenhum pretexto.

16.6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

16.7. Apresentar, sempre que solicitado por representante da Câmara, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual.

16.8. Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.

17 . DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. A participação nesta Tomada de Preços importa à licitante, a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como observância nos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos e, ainda, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei 8666/93.

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante o Legislativo Municipal a licitante que tendo-as aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3. A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada em conformidade com o art.41, inc. Iº da lei 8666/93, por escrito, em tempo hábil, dirigida a Comissão Permanente de Licitação.

17.4. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições da presente Tomada de Preços.

17.5. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas na Tomada de Preços e que não foram apresentadas na reunião de recebimento.

17.6. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou qualquer outro documento.

17.7. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, as licitantes através de seus representantes credenciados e os membros da Comissão Permanente de Licitação.

17.8. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à Licitação os participantes retardatários.

17.9. O Poder Legislativo poderá revogar a Licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (**art. 49 da Lei 8.666/93**);

17.10. No contrato, a ser assinado com o adjudicatário, constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei de Licitações.

17.11. É facultada a Comissão de Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

17.12. Não havendo expediente na data marcada para abertura da licitação de que trata ao presente edital, fica a reunião de abertura adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

17.13. O envelope nº02 – proposta de preços de licitante inabilitado, não retirado pelo representante da interessada na data da abertura das demais propostas, ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação, devidamente lacrado a disposição da empresa participante, anexo ao processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias após o qual será inutilizado.

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

"Doe órgãos, doe sangue, doe vida!"



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

17.14. Onde este edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

17.15. Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº. 8.666/93).

17.16. Fazem parte de Edital de Licitação os seguintes anexos:

17.17.1. Anexo I: Termo de Referência

17.17.2. Anexo II: Modelo de Planilha de Formação de Preços

17.17.3. Anexo III. Minuta do Contrato

17.17.4. Anexo IV: Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo - Modelo

17.17.5. Anexo V: Declaração acerca do Trabalho de Menores – Modelo

17.17.6. Anexo VI: Carta de Credenciamento – Modelo

17.17.7. Anexo VII: Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviço – Documentação

17.17.8. Anexo VIII: Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8:00 às 14:00, nesta Câmara Municipal, Setor de Compras e Licitações, localizada na Av. Emancipação, 480 – Centro. Fone (51) 996451430, pelo site www.camaraeldorado.rs.gov.br ou e-mail: compras@camaraeldorado.rs.gov.br.

Eldorado do Sul, 9 de setembro de 2022.

Giovani de Ávila Martim

**Presidente
Poder Legislativo**



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: contratação de empresa especializada para administração, gerenciamento e fornecimento de vale alimentação por meio de cartões eletrônicos com chip e senha individualizada aos servidores públicos efetivos e comissionados e estagiários da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA: A contratação visa atendimento no disposto na resolução 171 de 14 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a concessão de vale-alimentação para todos os servidores públicos do Poder Legislativo e à Lei Municipal 5.348 de 14 de março de 2022 que dispõe sobre a concessão dos vale-alimentação aos estagiários da Câmara Municipal.

3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

3.1. O benefício terá a função de subsidiar as despesas com a alimentação dos servidores e estagiários da Câmara Municipal, possibilitando o pagamento de gêneros alimentícios em mercados e assemelhados.

3.2. O sistema de gerenciamento deverá possibilitar o lançamento mensal de créditos numa única modalidade de benefício;

3.3. Os cartões deverão possuir a tecnologia de chip e senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas, sendo entregues no Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Eldorado do Sul em embalagem lacrada, individualizada, com identificação nominal, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação da contratante.

3.4. Os cartões deverão conter no mínimo, os seguintes dados:

I. nome do usuário

II. razão social da Contratante

III. numeração de identificação sequencial

3.5. A quantidade imediata estimada corresponde a 89 (oitenta e nove) cartões, cuja entrega deverá ser realizada em conformidade com o item 3.3.

3.6. A qualquer momento durante a vigência do contrato, mediante ingresso de novos servidores, poderão ser solicitados novos cartões que deverão ser entregues sem custo para a Contratante em conformidade com o item 3.3.

3.7. A qualquer momento durante a vigência do contrato, mediante ocorrências de furto, roubo, extravio ou mau funcionamento, poderão ser solicitados 2ª via dos cartões e/ou senhas, sem custo para a Câmara Municipal, sendo que os créditos remanescentes deverão ser transferidos e disponibilizados no novo cartão.

3.8. A entrega das 2ª vias dos cartões e/ou senhas deverá ser realizada em conformidade com o item 3.3.

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

5.9. O valor do benefício poderá ser reajustado anualmente, conforme índice do Município de Eldorado do Sul (IPCA/IBGE), de acordo com a Resolução 171/2022

3.10. A contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, estabelecimentos comerciais ativos, conforme quantidade mínima de estabelecimentos e suas respectivas localizações definidas na seguinte conformidade:

LOCAL	ALIMENTAÇÃO
Eldorado do Sul	15
Porto Alegre, Região Metropolitana (Cachoeirinha, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo), Arroio dos Ratos e Guaíba	150
TOTAL	165

3.10.1. Dentre os estabelecimentos que aceitem o auxílio alimentação no Município de Eldorado do Sul deverão constar, no mínimo, 3 (três) redes de supermercado;

3.10.2. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração na relação de estabelecimentos credenciados.

3.11. A contratada deverá disponibilizar por meio *online* para a gestão do sistema que possibilite a realização das seguintes funcionalidades mínimas:

I. operações de cadastro;

II. emissão de cartões e solicitações de 2ª via (cartão e senha);

III. realização de recargas;

IV. operação de transferência de saldo entre cartões;

V. operação de estorno de créditos;

VI. bloqueio/desbloqueio e cancelamento/reactivação de cartões;

VII. consulta de saldo e extrato de compras;

VIII. emissão mensal de relatórios gerenciais onde constem, no mínimo, o nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

IX. consulta e impressão de histórico de faturas;

X. consulta e impressão de 2ª via de nota fiscal e de boleto bancário.

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

3.12. A Contratada deverá fornecer treinamento ou manual de procedimentos para a correta utilização do sistema de gerenciamento;

3.13. A Contratada deverá disponibilizar aos beneficiários dos cartões os seguintes serviços:

I. consulta de saldo e extrato de compras (meio *on-line*);

II. consulta da rede de estabelecimentos credenciados (meio *on-line*);

III. comunicação de perda, roubo ou extravio por meio *on-line* ou através de central de atendimento disponível, no mínimo, durante dias úteis em horário comercial.

3.14. Os créditos disponibilizados aos beneficiários, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão **obrigatoriamente** somar-se aos próximos créditos.

3.15. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, para que os beneficiários possam utilizá-los.

4. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

4.1. A entrega dos cartões em conformidade com o objeto descrito no edital e demais disposições constantes neste Termo de Referência, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, contados da solicitação da contratante, no horário de expediente da Câmara Municipal (8h às 14h);

4.2. Durante a execução do Contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, ou seja, manter todas suas certidões atualizadas e prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

4.3. No caso de pedido de 2ª via, ou constatado defeito do cartão, a contratada deverá providenciar a troca no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de ser aplicada as sanções estabelecidas no item 11 do presente edital, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

4.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, correndo a cargo da Câmara unicamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta.

5. DA DEFINIÇÃO DOS VALORES E TAXA MÁXIMA

5.1. Para definição do valor de referência máximo foi realizado o calculo referente ao numero de servidores e estagiários, multiplicado pelo valor do benefício individual mensal:

CATEGORIA	QUANTDADE	VALOR MENSAL POR UNIDADE	VALOR ANUAL	TAXA MÁXIMA ADMITIDA
SERVIDORES	68	R\$ 510,00	R\$ 416.160,00	0,0%
ESTAGIÁRIOS	15	R\$ 220,00	R\$ 39.600,00	0,0%
TOTAL	83	-	R\$ 455.760,00	-

5.2. A taxa máxima admitida será de 0,00%, podendo a mesma ser negativa.

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

1. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:

- 1.1. razão social completa da empresa, endereço atualizado, telefone/e-mail;
- 1.2. nº do CNPJ que deverá ser o mesmo para participação na licitação e emissão do documento fiscal (nota fiscal ou fatura) para efeitos de cobrança, e inscrição estadual;
- 1.3. nº da Tomada de Preços;
- 1.4. descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- 1.5. Os licitantes deverão apresentar a relação completa dos estabelecimentos comerciais credenciados para aceite dos respectivos cartões, conforme especificado no Termo de Referência;
- 1.6. relação impressa completa dos estabelecimentos comerciais credenciados para aceite dos respectivos cartões referentes ao município de Eldorado do Sul/RS
- 1.7. A taxa administrativa a ser cobrada pelos serviços, expressa em percentual, em algarismos e por extenso, poderá ser negativa, que corresponderá ao desconto a ser concedido sobre o valor da fatura ou igual à zero.
- 1.8. A proposta será válida pelo período de 60 (sessenta) dias, período no qual a licitante fica obrigada a obedecer e submeter-se aos termos deste edital.
- 1.9. Todos os custos com a execução dos serviços correrão por conta da contratada, bem como, a mesma deverá responsabilizar-se pelos encargos sociais, taxas, impostos e quaisquer outros tributos, despesas, responsabilidades no tocante ao vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, que incidirem sobre o serviço, inclusive no caso de ações trabalhistas, civil e penal.

_____, ____ de _____ de 2022

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

.

Carimbo com razão social e CNPJ da empresa



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ELDORADO DO SUL/RS, pessoa jurídica de direito público, localizada na Av. Emancipação, 480, neste município, inscrita no CNPJ sob nº. 93.203.966/0001-07, neste ato representada por seu presidente, Vereador Giovani de Ávila Martim, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, estabelecida a _____ no município de _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____ inscrito no CPF sob nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado o presente contrato, devidamente autorizado conforme processo licitatório nº. ____/2022, de ____ de _____ 2022, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações e de acordo com as cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa especializada para administração, gerenciamento e fornecimento de vale alimentação por meio de cartões eletrônicos com chip e senha individualizada aos servidores públicos efetivos e comissionados e estagiários da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, por meio de Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à administração na continuidade do Contrato para cada período prorrogado, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores;

§ 1º - Integram o presente contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital do processo licitatório ____/2022 bem como a proposta da Contratada, anexos e pareceres que formam todo o processo licitatório _____.

§ 2º - Fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 § 1º da Lei Federal 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento e administração dos vales alimentação, o valor total de R\$ _____ (_____), pelo período de 12 (doze) meses, considerando o valor de R\$ 510,00 mensais por servidor e R\$ 220,00 por estagiário, sendo a taxa administrativa de ____% ao mês.

§ 1º - O pagamento será efetuado mensalmente, após a prestação do serviço no mês anterior, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, em até 05 (cinco) dias úteis.

§ 2º - Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos ao fornecimento, ainda que a requerimento do interessado.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

§ 3º - Os valores estabelecidos por servidor e por estagiário poderão ser reajustados anualmente, conforme o índice oficial do Município (IPCA/IBGE) (Resolução 171/2022)

§ 4º - Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara Municipal de Eldorado do Sul, em favor da empresa vencedora. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente a diferença será cobrada judicialmente, se necessário;

§ 5º -. Com base no artigo 65, parágrafo 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, a Câmara Municipal de Eldorado do Sul poderá fazer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) no valor da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 3339046010000 – Indenização Auxílio Alimentação

CLÁUSULA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

10.1. Ocorrendo as hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente justificado, para tanto será firmado termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

1. Cumprir todas as normas e condições do presente edital;
2. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;
3. Fornecer a listagem dos beneficiários com prazo pré-estabelecido entre as partes;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;
5. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;
6. Informar a contratada de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;
7. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços pela Contratada;
8. Avaliar todos os serviços prestados pela Contratada;
9. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços prestados pela Contratada mediante a apresentação de Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000
www.camaraeldorado.com.br
Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

1. Fornecer os serviços conforme especificações deste edital e sua proposta comercial;
2. Fornecer os cartões – alimentação em conformidade com o descrito no edital;
3. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento do contratante.
4. Manter, durante toda a vigência do Contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção dos serviços.
5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução deste contrato, sem prévia e expressa anuência da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, sendo que a responsabilidade técnica caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, e não será transferida, sob nenhum pretexto.
6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
7. Apresentar, sempre que solicitado por representante da Câmara, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual.
8. Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações previstas nesta licitação pelo proponente vencedor, sujeitará o mesmo às seguintes sanções administrativas e penalidades legais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93:

1. O não cumprimento das obrigações previstas nesta licitação pelo proponente vencedor, sujeitará o mesmo às seguintes sanções administrativas e penalidades legais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93:

.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, cumulativamente, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, após o qual será considerada inexecução total do contrato;

3. Multa de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

4. Impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, conforme Lei 8.666/93;

5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, conforme Lei 8.666/93;



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

6. Na aplicação das penalidades serão admitidas a ampla defesa e o contraditório;

7. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, para o licitante adjudicado que descumprir as condições da Tomada de Preços, poderá a Administração da Câmara, garantida a prévia defesa, aplicar as penalidades cabíveis da lei;

8. As penalidades acima referidas poderão ser aplicadas cumulativamente.

CLÁUSULA OITAVA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a Contratante e a Contratada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA NONA – DURAÇÃO, REAJUSTES E RESCISÃO DO CONTRATO

O Presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, por meio de Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à administração na continuidade do Contrato para cada período prorrogado, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores;

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos citados no art. 78 e seguintes da Lei Federal 8.666/93.

§ 1º - A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8666/93.

§ 2º - A Contratante poderá notificar a Contratada a qualquer tempo, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, sem prejuízo das demais medidas legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente contrato, correrão por conta da Contratada, inclusive responsabilidade por acidentes de serviço e eventuais indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos obedecerão ao disposto na Lei 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Eldorado do Sul/RS, competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Av. Emancipação, 480 – Eldorado do Sul/RS – CEP 92990-000

www.camaraeldorado.com.br

Fone: (51) 3481-3588

“Doe órgãos, doe sangue, doe vida!”



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, na melhor forma de direito, obrigando a si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Eldorado do Sul/RS, ____ de ____ de 2022.

Giovani Ávila Martim

Presidente do Poder Legislativo

Contratante

Contratada

Testemunhas

1. _____

2. _____

Examinado e Aprovado:

Assessor Jurídico
OAB Número



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

MODELO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no processo licitatório nº. /202_, declaramos, para todos os fins de direito, que nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 32 § 2º da Lei Federal 8666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Representante credenciado da Empresa

_____, _____ de _____ de 202_.

Carimbo da empresa e assinatura



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO V

DECLARAÇÃO ACERCA DO TRABALHO DE MENORES

MODELO

DECLARAÇÃO

A empresa (nome da empresa _____), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada (endereço completo _____), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no **item** , da Tomada de Preços nº. ____/202_ e no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seus quadros de empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Representante legal da Empresa

.....

Local e data.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO VI

CARTA DE CREDENCIAMENTO

MODELO

PROPONENTE:

LOCAL E DATA:

ASSUNTO: Proposta à Licitação na modalidade Tomada de Preços nº. ____/202_ – Designação de Representante

Pelo presente instrumento a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na cidade de _____, representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____, credencia o Sr.(a) _____, portador da cédula de identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, pelo(a) _____ (órgão expedidor), _____ (Residência, Município, Estado), com poderes específicos para representá-lo junto à Câmara Municipal de Eldorado do Sul/RS, no Processo Licitatório nº. /202_ – Modalidade Tomada de Preços, podendo assinar propostas, examinar e visar documentos e propostas das demais licitantes, ratificar proposta da outorgante, retirá-la, assinar atas, firmar documentos, deliberar, concordar, transigir, renunciar, impugnar e recorrer.

Assinatura

Responsável legal

.....

Local e data.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO VII

CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

1. Para inscrição no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços desta Câmara, solicitamos a juntada das cópias dos documentos abaixo relacionados, **até o terceiro dia anterior à data da licitação pretendida:**

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) emitida via internet, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta dias);

II. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

III Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

IV Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

V. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser encaminhados via e-mail, apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, salvo os emitidos pela Internet, os quais poderão ter a sua autenticidade verificada pela Comissão Permanente de Licitações se assim entender necessário, ou publicados em órgão de imprensa oficial. Quando não autenticados, a licitante deverá exibir à Comissão de Licitações, no momento do cadastro o original para que se proceda à autenticação das cópias. E-mail para envio da documentação: compras@camaraeldorado.rs.gov.br.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Eldorado do Sul

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____ CPF nº _____ Carteira de Identidade nº _____, declara, para fins de participação na licitação acima, sob as penas da lei, que é considerada:

() microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e pelo Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007;

() empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 123/06 e regulamentada pelo Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007.

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e pelo Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007.

Caso Seja declarada vencedora do certame, promoveremos a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.

_____, ____ de _____ de 202__.

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo da empresa